

PERFORMATIVIDADE E RESPONSABILIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO: ANÁLISE BIOPOLÍTICA DA GESTÃO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO NO PERÍODO DE 2020 A 2021 E OS IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL DE DOCENTES NEGROS

Performativity and accountability in education: a biopolitical analysis of the management of the secretary of education of the state of São Paulo from 2020 to 2021 and the impacts on the mental health of black teachers

DOI [10.5281/zenodo.8102516](https://doi.org/10.5281/zenodo.8102516)

ANDRÉ LUIS DOLENSKO¹ -

¹ Doutorado (em andamento) em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Pós-Graduação Lato Sensu (em andamento) em Gestão de Projetos (Universidade Anhembi Morumbi). Mestrado em Educação (UNICAMP). Coordenador Acadêmico, Docente e Pesquisador. E-mail: andre.educ@gmail.com.

RESUMO

O fenômeno cada vez mais crescente acerca da perda de poder do professor, da sua acumulação pelos excessos de responsabilidades e da falta de interesse dos alunos tem atingido a saúde mental docente. Tal fenômeno ganhou o ambiente pedagógico, articulado às precárias condições de trabalho e às políticas gerencialistas que condicionam a identidade docente ao cumprimento de metas e à responsabilização pelos resultados educacionais. O presente objetiva analisar quais tipos de modalidade de sofrimentos são produzidos a partir da restrição, da coerção e dos aspectos normativos no ambiente educacional que resultam no impacto da saúde mental dos docentes negros. O referencial teórico metodológico pautado no instrumento da biopolítica, ampliada por Michel Foucault, contribui para compreender os aspectos gerencialistas e o controle dos corpos docentes promovidos pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo no período indicado que aponta a uma crise de legitimidade ou a desfiguração das identidades docentes negros.

Palavras-Chave: SAÚDE MENTAL; DOCÊNCIA; EDUCAÇÃO

ABSTRACT

The increasingly growing phenomenon about the loss of power of the teacher, its accumulation by the excesses of responsibilities and the lack of interest of the students has affected the mental health of teachers. This phenomenon gained the pedagogical environment, articulated with precarious working conditions and managerial policies that condition the teaching identity to the achievement of goals and accountability for educational results. The present objective is to analyze which types of suffering modality are produced from restriction, coercion and normative aspects in the educational environment that result in the impact on the mental health of black teachers. The methodological theoretical framework based on the instrument of biopolitics expanded by Michel Foucault contributes to understanding the managerial aspects and the control of the teaching staff promoted by the Secretary of Education of the State of São Paulo in the period pointed out to point to a crisis of legitimacy or the disfiguration of identities black teachers.

Keywords: MENTAL HEALTH; TEACHING; EDUCATION

Introdução

O processo de globalização lança em escala mundial as desigualdades sociais, políticas, econômicas e culturais, debilitando o Estado-Nação e redefinindo condições de soberania com a divisão internacional do trabalho, do desenvolvimento das comunicações, ou seja, a circulação de produtos culturais, bens e pessoas, sendo o mundo o quadro referência de uma tendência irreversível.

Ianni (2013) destaca que as formas de organização social da produção, traduzidas pela globalização, provocam um aumento substancial da composição orgânica do capital e sofisticam a divisão do trabalho e a especialização da mão de obra, informatizando atividades econômicas, sociais, políticas e culturais expressas por um dinamismo do capital.

A gestão gerencialista, destaca Gaulejac (2007) pode ser traduzida como uma ideologia em que as atividades humanas são mensuradas em indicadores de desempenho, com finalidades a garantir benefícios específicos, de modo a entender, através de um pensamento objetivista e utilitarista, as formas de dirigir e normalizar uma instituição.

O conceito de gerencialismo, segundo Ball (2005), marcou diversos países do ocidente nos anos de 1970 e 1980, mediante a uma crítica ao modelo de

gestão pública ineficiente, burocrática, exigindo a necessidade de maior agilidade, dinâmica e flexibilidade nos resultados. O autor complementa que o gerencialismo impulsionou a reforma dos Estados em seus diferentes segmentos, substituindo os antigos sistemas por técnicas empresariais mais competitivas.

A razão pela qual o gerencialismo possui características ligadas ao controle dos corpos, explica Gaulejac (2007) está relacionada a sua fundamentação na “teoria funcionalista”, que traz abordagens comportamentais para entender o indivíduo e considerar a organização como um sistema ou uma entidade com objetivos definidos a partir de ciclos, parâmetros e indicadores. Newman e Clark (2012) complementam que tais características permitem análises calculistas com objetivos e organizar conhecimentos e atingir metas de maneira eficiente.

Os mecanismos de regulação, quantificação e normalização descritos por Foucault (1999) são contínuos e resultam num efeito histórico da tecnologia de poder para estabelecer eficiência sobre o controle dos indivíduos e gerenciar as multiplicidades humanas, sejam elas inseridas nos hospitais, nas prisões, nas escolas etc. O controle da sociedade, para o autor, é uma somatória de aspectos ideológicos, corporais e políticos.

Performatividade e Educação

O conceito de performatividade, alinhada à presente pesquisa, se relaciona aos estudos dedicados por Ball (1998; 2001; 2002; 2010 e 2017) desde os anos de 1990 no que tange à um “discurso global de educação” envolvido por mecanismos e impactos nos espaços escolares e que se configura como categoria de estudo. Para o autor, a performatividade é vista como um novo paradigma na gestão pública, dentro de um contexto globalizador e competitivo que centraliza a “cultura de consumo” em novos ambientes sociais.

Para isso, Ball (1998) evoca a implantação de um conjunto de políticas capazes de transformar sujeitos e as suas relações, promovendo novos valores, novas relações e novas subjetividades do contexto de uma “arena”. O presente conceito envolve mecanismos que configuram sutilezas, diferentes graus de aplicação, variações e nuances que introduzem o contexto globalizador sem a modificação de tais espaços, mas que levam às políticas educacionais há uma

nova forma de legitimação dos sistemas de valores e símbolos no dia a dia do ambiente educativo.

A descoberta do corpo como objeto de poder e conseqüentemente de sua performatividade advém da época clássica, onde se encontrava facilmente apresentadas ações relacionadas à sua manipulação, modelagem, treinamento e obediência, no que diz respeito a tornar hábil as forças que multiplicam os resultados do trabalho humano. Em seus estudos Foucault (1975; 1976; 1979; 1999; 2008) aponta uma série de analistas que trazem essas contribuições, entre médicos e filósofos ou técnicos, políticos que apresentaram em regulamentos militares escolares e hospitalares uma série de conjuntos que revelam o controle e a correção das operações do corpo para a garantia da alta performance com o objetivo de obter melhores resultados para respostas econômicas.

A escolha da biopolítica desenvolvida por Michel Foucault, como procedimento de investigação bibliográfica e análise das diretrizes implantadas pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo no período de 2020 a 2021, se justifica pela necessidade de respondermos ao regime das relações produtivas para compreender as “relações de poder” e a “anatomia política” e os seus impactos na saúde mental dos professores, sobretudo no período pandêmico.

Tais investigações apontam para uma mercadorização dos processos educativos, havendo a necessidade de investigações mais aprofundadas com os referenciais teóricos escolhidos, levando em consideração que a educação é subsidiada como instrumento de crescimento econômico.

A “análise do poder”, para Foucault (1979) realiza um movimento inverso quanto à verificação das relações de soberania entre Estado e sociedade. Para o autor, trata-se de analisar o poder instituído que atravessa as estruturas sociais e ver como ele se relaciona, de forma generalizada, para identificá-lo nas suas instituições regionais, corporificando técnicas e instrumentos de intervenção com mecanismos e dispositivos de controle social.

Esta forma de poder aplica-se à vida cotidiana imediata que categoriza o indivíduo, marca-o com a sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos. Há dois significados para a palavra sujeito: sujeito a alguém pelo controle e dependência,

e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. (FOUCAULT, 1975, p. 235).

Com relação à forma de poder, a performatividade se relaciona a um manifesto de cultura impressa, com base em terrores de desempenho em que sujeitos ou organizações dão importância a características de flexibilidade, análises de dados, reuniões de avaliação, relatórios de resultado, inspeções e demais indicadores que instrumentalizam, segundo Ball (2002), um encorajamento a introjeção dos sujeitos educacionais enquanto empresários na busca do crescimento de sua produtividade. O autor ainda complementa utilizando o termo “tecnologias políticas” aos mecanismos para “organizar forças e capacidades humanas em redes operacionais e funcionais de poder”, ou seja, permitir o impacto de mudanças estruturais, curriculares e pedagógicas, bem como nos valores nas relações, nas subjetividades e na transformação da natureza do estado educacional. (BALL, 2002, p. 6).

Foucault (1975; 1979) aperfeiçoa o conceito de “relações de poder” quando destaca que o exercício é concretizado em rede, entendido como uma tática ou estratégia, através de uma rede de relações tensas, uma competitividade, um contrato firmado entre classe dominante e classe dominada. O autor complementa que existe uma espécie de “funcionalidade” do poder, determinada por uma estrutura social que pode ter ligações políticas, gerando forças sociais antagônicas em constantes disputas.

O que me parece certo é que, para analisar as relações de poder, só dispomos de dois modelos: o que o Direito nos propõe (poder como lei, proibição, instituição) e o modelo guerreiro ou estratégico em termos de relações de forças. O primeiro foi muito utilizado e mostrou, acho eu, ser inadequado: sabemos que o Direito não descreve o poder. O outro sei bem que também é muito usado. Mas fica nas palavras: utilizam-se noções pré-fabricadas ou metáforas (‘guerra de todos contra todos’, ‘luta pela vida’) ou ainda esquemas formais (as estratégias estão em moda entre alguns sociólogos e economistas, sobretudo americanos). Penso que seria necessário aprimorar esta análise das relações de força. (FOUCAULT, 1979, p. 241).

O conceito de performatividade, segundo Ball (2010), recorre a um sistema de classificação e numeração no contexto educacional com a finalidade

de medir, avaliar e comparar o desempenho das identidades docentes. Tal ênfase, foi comprovada em seus estudos na educação inglesa que promoveu, estratégias altamente responsabilizadoras e injetadas em indicadores de desempenhos, tabelas e rankings de classificação em programas de formação e alinhada a instrumentos de melhoria salarial do incentivo da carreira com bonificações e premiações.

Laval (2019) complementa que a performatividade também está relacionada à competência que é validada pelo título de força em que um trabalhador consegue destacar, pelo seu valor, e se justifica por uma avaliação permanente do capital no que tange ao jogo do mercado de trabalho, que por sua vez, é a instância mediadora que estabelece o valor profissional do indivíduo. O autor destaca ainda que a categoria competência pode ser definida como uma característica individual fruto da estratégia de individualização de políticas de gestão e reconhecida como um vínculo entre o trabalhador e o seu fornecimento de mão de obra dentro de uma personalidade global, combinando comportamentos inovações e comprometimentos.

Enquanto técnica e prática passível de ação nos espaços e locais abrangentes das subjetividades a performatividade, esclarece Ball (2002, 2014), envolve ações institucionais em um ideário econômico que enfatiza o modo de governo permeando as complexidades específicas da vida em sala de aula e administrando os sistemas educacionais da mesma forma que o mercado disciplina e legitima as forças de trabalho.

Neste momento, é importante articular ao conceito de soberania descentralizada que, segundo Foucault (2008), deixa claro a importância de instituições como a escola, as fábricas, os quartéis e os hospícios como locais de controle da sociedade, formação de massas e legitimação da racionalidade capitalista. Quanto à esta linha de pensamento, é importante complementarmos que Freitas (1980) destaca que a racionalidade capitalista analisa a educação como um investimento lucrativo, no entanto, as políticas educacionais interferem nesse investimento de forma a reinterpretar o conceito, declarando-o como qualificação de mão-de-obra e aperfeiçoamento de recursos humanos como força de trabalho para a economia.

No que tange aos impactos da subjetividade docente, Ball (2014) evidencia que a performatividade tem um papel potencializador, de forma a agir de fora para dentro e de dentro para fora na construção de novas culturas de sentimento e crença na qualidade do serviço. Isso quer dizer que, uma vez impactada de fora para dentro, a performatividade promove sentimentos individuais de responsabilidade, culpa, inveja; numa dimensão emocional, individual ou coletiva nas pessoas envolvidas. Tais mecanismos, complementa o autor, condicionam a uma racionalização com finalidade a processos escolares articulados a instrumentos de avaliação, competição e classificação entre os grupos.

Tratar das patologias sociais, em especial a docente, requer analisar a sociedade como uma categoria saudável ou doente. A necessidade do aprofundamento e da relação do conceito de patologia social com o enfoque no sofrimento mental docente, se justifica pelo movimento indissociável das formas de governo que promovem a gestão e o controle dos corpos. Safatle (2020) destaca que o termo passou a gerar reflexões nos campos da política e da biologia, no início do século XX, sobretudo com as contribuições da biopolítica, assunto que será tratado nesta pesquisa, tendo como objetivo a análise crítica das normas sociais enquanto produtoras de sofrimento mental de violações de princípios de justiça, autorrealização e condições sociais de trabalho.

Marx (2017) fundamenta que o sofrimento social é resultante das desregulações das normas produzidas da "alienação" pelo funcionamento de uma sociedade capitalista que se dedica apenas à produção econômica com a exploração da força do trabalho. Para ele, a condição de posse, somada às forças institucionais é o que precariza o reconhecimento das identidades individuais e por isso, as revoluções só podem ser feitas pelos despossuídos de seus direitos. Importante lembrar que não é caráter desta pesquisa, aprofundar os estudos no âmbito das teorias e filosofias econômicas, mas delinear as contribuições de alguns dos principais teóricos que contribuíram para a fundamentação das matrizes de sofrimento mental a partir de estudos das patologias sociais, dentre elas, as causas que adoecem os docentes em suas condições de trabalho.

Complementar ao conceito de "alienação" em Marx, o conceito "mal-estar" é resultado do capitalismo e do neoliberalismo como um dos principais fatores que refletem o sofrimento social, frutos das desregulações das normas sociais, da precarização do trabalho, da valorização dos lucros ao invés dos valores, da transformação do ser humano como máquina. Dunker (2015) enfatiza que o "sentimento de culpa" é um dos sintomas mais presentes nas patologias sociais e está intimamente relacionado à produção de identidades subjetivas modernas argumentados aos ideais de cooperativismo. Referente a este trecho, é importante relacionar a presente pesquisa à responsabilização docente pelo fracasso das metas educacionais.

Safatle (2020, p. 25) sinaliza também "[...] que a temática contemporânea das patologias sociais tem como eixo maior a submissão da crítica a um diagnóstico, no sentido forte do termo, referente às modalidades de sofrimento social, como a alienação, a anomia, o mal-estar [...]". O que o autor quer dizer neste trecho é a abertura para uma crítica além dos problemas de justiça que permitem definir uma dinâmica na qual as matrizes de sofrimento precisam ser compreendidas como expressões de uma vida adoecida com base na análise de patologias sociais relacionadas aos conceitos de condição da vida do trabalho e das relações horizontais.

Com relação a esta crítica, fica a necessidade de se aprofundar as matrizes relacionadas à gestão biopolítica, a fim de analisar a sociedade como sistemas gestores e produtores de patologias enquanto categorias na gestão do sofrimento psíquico das individualidades subjetivas articuladas. Há uma necessidade de condição da reprodução material da performatividade e dos mecanismos de controle dos resultados econômicos sociais, políticos e culturais.

Adorno e Horkheimer (2000) foram dois notórios pesquisadores no campo dos quadros clínicos patológicos que relacionaram os vínculos sociais nas democracias ocidentais, sobretudo relacionados ao período do fascismo. Para eles, o funcionamento social depende da gestão do sofrimento, da dominação de comportamentos patológicos na participação social. O que os autores destacam é a necessidade de gerenciar os corpos em suas diferentes instituições de controle.

A nova trajetória da sociedade do consumo reproduzida no condicionamento da indústria farmacêutica e, complementada por Safatle (2020), como uma ferramenta eficaz no condicionamento de uma cultura cada vez mais adoecida, do controle, das experiências, das competências e dos comportamentos humanos comercializáveis, ou seja, o ser humano como uma mercadoria. Tal fato, é destacado pelo autor com o crescimento da indústria farmacêutica voltada às drogas psicoativas, provocando nesta sociedade do consumo a desvinculação do contexto histórico para análise dos sofrimentos psíquicos de cada ser humano.

Neste aspecto, faz-se necessário relacionar com os estudos divulgados no que diz respeito aos modos de subjetivação. Para Safatle (2021), a apropriação do sofrimento pelos sujeitos é uma forma de garantir a relação do saber e do poder e por sua vez os jogos de verdade e as regras são condicionadas a um discurso que pode ser considerado como verdadeiro ou falso, garantindo condições de acesso ou não a verdade científica. Codo (1999) destaca também que o controle das informações e do conhecimento perpassa pelos sistemas de valores e regras e proibições refletindo nas questões éticas e morais, com o objetivo do controle do cuidado dos corpos.

Para Safatle (2021) os modos de subjetivação estudados por Codo (1999) contribuem para compreender a diferenciação dos controles discursivos no que tange aos códigos sociais e aos fenômenos coletivos, na medida em que os saberes e poderes podem ou não ser partilhados no ambiente de trabalho. Em seus estudos referente a genealogia do poder, Foucault (1979), enfatiza que o corpo passa a ter como condição um objeto de disciplina, sendo controlado de maneira ordenada com o constante vigiamento e sendo compreendido como alvo de forças na medida em que são investidos na constituição da sua identidade.

A teoria da soberania, de acordo com Safatle (2021), perde a sua eficácia destacada por Foucault (1975), a partir do século XIX, quando o poder deixa de atuar de forma soberana e passa a agir em termos de tecnologias onde o alvo não é mais o indivíduo, mas sim a sociedade como um conjunto da política, garantindo um corpo múltiplo. Além disso, Foucault (1984), afirma que as

estratégias de subjetivação do saber-poder estão constituídas, como um "código moral", compostas por regras e valores propostos aos indivíduos, intermediados por aparelhos prescritivos que determinam conformidades como o sujeito deve ser conduzido. São códigos reais enfatizados por respeito e obediência e resistência, controlando as formas e as relações do sujeito consigo e de como se dá às práticas do seu próprio modo de ser.

Tais manipulações do poder provocam na subjetividade docente, segundo Pereira (2016), sensações de desistência, acompanhadas de prostração, conversões orgânicas, alimentares e funcionais, levando os profissionais a uma crise de sua identidade, de sua práxis e das suas relações sociais. O autor complementa que o sentimento de impotência, se torna cada vez mais condicionado com a ampliação da medicalização docente, com o uso de psicofármacos que acentuam a passividade do sujeito no empobrecimento da subjetividade, padecendo a sua identidade docente.

A aceitação de fuga para a doença está relacionada ao sintoma de sua impotência, de sua inabilidade e de suas fraquezas sociais e políticas, reveladas por condições de trabalho, desestruturação da escola, confrontos e desinteresses motivados pela subjetividade do próprio professor. Um sujeito que é objetificado historicamente pelo seu saber universal, mas que foi condicionado ao obediência de um imperativo gerenciador neoliberal que produz um discurso normativo, segregando as suas capacidades e a produção de saberes.

Isso significa dizer que o sujeito se tornou objetivo de uma realidade subjetiva imposta por um conjunto de verdades que transgridem, segundo Foucault (2008), a verdade própria do seu corpo. Favacho (2013) complementa que essa subjetividade pode ter duas características: a subjetividade-forma identificada pela relação do sujeito com o saber-poder nos diferentes momentos da história; e os modos de subjetivação que diz respeito às resistências do professor e a sua identidade. Para exemplificar melhor essa última diz respeito às várias nomeações que os professores receberam ao longo do tempo, tais como "[...] padre-professor, mestre-escola, professor, profissional, professor democrático, educador, professor pesquisador, professor reflexivo, professor

competente [...] advindos de relações de saber-poder e que atuam como lugar de verdade [...]" (FAVACHO, 2013, p. 58-59).

A identidade docente também é condicionada às precárias situações de trabalho e relações sociais, nesse aspecto, Favacho (2013) apresenta o conceito de "periferização" docente, relaciona à proletarização do professor, a fim de cumprir com os projetos educacionais com salários baixos, contratos precários, sendo Estado o institucionalizador para que essa periferização se materialize. O autor complementa que essa condição periférica circula desde a formação de professores.

Em se tratando da identidade docente, Favacho (2013) destaca que ela é dividida por três experiências históricas, sendo a primeira a experiência religiosa ou do tipo missionária em que o papel do professor se confundia com a do padre como referência às religiões. A segunda, a experiência médica ou higienista ou biológica, marca por um período de grande prestígio no papel dos médicos na formação social. Já a terceira a experiência militante, a mais enraizada nos caracteres atuais da docência, vinculada à uma postura crítica e política do professor frente aos docentes e injustiças sociais. O autor complementa que as três figuras, produzidas historicamente na educação ocidental, constroem a subjetividade docente.

O conceito de "sintoma" em saúde mental está relacionado às formas de subjetivação que os indivíduos encontram para estabelecer as suas identidades docentes. O sintoma, segundo Pereira (2016), é a forma cada vez mais subjetiva de caracterizar os imperativos sociais ou as convenções culturais bem como as determinações históricas, ou seja, a subjetividade também é demanda de uma luta cada vez maior da própria individualidade em estabelecer ao mesmo tempo dentro e fora dela resistir a ela.

O conceito de mal-estar docente também está fundamentado, segundo Teixeira (2021), no constante interrogatório do professor sobre o seu papel e valor diante de paradigmas hegemônicos, cada vez mais constantes nas sociedades contemporâneas vinculadas ao individualismo, à competitividade, à banalização e à espetacularização da vida do corpo e dos sujeitos. Tais situações, aliadas à falta de políticas educacionais e condições institucionais,

provocam uma crise da docência, sentimento de melancolia, desesperança e impotência frente a novos desafios.

Tedesco e Fanfani (2004) complementam também a necessidade de se considerar alguns fatores relacionados à transformação do trabalho docente, dentre as quais: novas demandas do mercado de trabalho, reflexos da exclusão social nas escolas, evolução das tecnologias, mudança nas características sociais ou culturais e mudança nas representações sociais do papel do professor.

Frente às dificuldades constantes relacionadas à destituição de suas responsabilidades, crise de performance e controle gerencialista, os professores se veem cada vez mais em uma deriva identitária, refletindo em conceitos como: "mal-estar docente"; "angústia laboral"; "estresse profissional"; "esgotamento emocional"; "depressão"; "frustração"; "despersonalização"; "sentimentos contraditórios"; "síndrome de burnout". (PEREIRA, 2016, p. 38).

Metodologia

Em setembro de 2019 a SEE SP anunciou o Programa Psicólogos da Educação com o objetivo de contratar mais de mil profissionais da área para atender mais de 3,5 milhões de estudantes e mais de 250 professores e servidores da rede ligados à educação. Porém, o programa iniciou apenas em fevereiro de 2022 com a execução de parceria público-privada envolvendo a empresa Pviva para a contratação de psicólogos.

O objetivo do programa envolve: Formações, orientações e rodas de conversas coletivas sobre temas relacionados à saúde mental e ao desenvolvimento socioemocional; Orientações aos profissionais da pasta sobre possíveis sinais passíveis de identificação de traumas e abusos entre os alunos; Aplicação de testes e ferramentas psicológicas, conforme o planejamento de cada escola e normas do Conselho Federal de Psicologia.

No entanto, não foram localizados indicadores, tanto no Portal da Transparência quanto por solicitação de acesso à informação a partir do Sistema

Integrado de Informações ao Cidadão contendo dados relativos ao número de atendimento realizados desde a sua implantação e possíveis diagnósticos realizados ou encaminhamentos feitos a profissionais da educação atendidos por este programa.

No ano de 2020 a SEE SP publicou 24 Resoluções, de março a novembro, envolvendo diretrizes relacionadas ao uso de protocolos de segurança, fornecimento de merenda, reorganização do calendário escolar, extensão do teletrabalho e normas para a retomada das atividades presenciais. Já em 2021 a SEE SP publicou apenas 6 Resoluções envolvendo orientações para o retorno das atividades presenciais.

Das Resoluções analisadas não foram identificadas diretrizes de acompanhamento da saúde mental dos profissionais da educação negra em período pandêmico, nem políticas de acompanhamento.

Conclusões

O que se torna cada vez mais claro é o conceito de mal-estar na docência, prelevado por um “impulso de morte” motivado pela contrariedade das demandas sociais, frequentemente condicionadas por organismos governamentais, demandas ocupacionais e demandas relacionais vinculadas à imposição de dirigentes escolares, pais, alunos e sociedade em geral.

É nesse clima que ocorre a destruição das formas sociais de vida e trabalho, das coletividades, dos modos de ser, uma vez que são incalculáveis os sistemas de mundialização e a globalização e suas diferentes formas que caracterizaram ao longo do curso da história do capitalismo, impressos por uma gloriosa trajetória de controle dos corpos e da racionalização econômica. Nesse sentido, a história do capitalismo, para a presente pesquisa, pode ser lida como uma história de um vasto processo de transformações sociais, políticas, individuais que governam as sociedades, as conquistas, a produção material e a fragmentação dos sintomas docentes negros.

Referências

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

AGUIAR, R. M. R.; DE ALMEIDA, S. F. C. **Mal-estar na educação: o sofrimento psíquico de professores**. 1a ed. Curitiba: Juruá, 2011.

ASSUNÇÃO, A.; OLIVEIRA, D. **Intensificação do trabalho docente e a saúde dos professores**. Educação e Sociedade. Unicamp, 2009.

BALL, Stephen J. **Mercados educacionais: escolha e classe social: o mercado como uma estratégia de classe**. In: Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1995. p.185-214.

_____. **Cidadania global, consumo e política educacional**. In: SILVA, L. H. A escola cidadã no contexto da globalização. Petrópolis: Vozes, 1998. p.121-137.

_____. **Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação**. Currículo sem Fronteiras, v. 1, n. 2, p. 99-116, jul./dez, 2001.

_____. **Reformar escolas/reformar professores e os terrores da performatividade**. Revista Portuguesa de Educação, Braga, v. 15, n. 2, p. 3-23, 2002.

_____. **Performatividade, privatização e o pós-Estado do Bem-Estar**. Educação e Sociedade, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1105-1126, set./dez, 2004.

_____. **Profissionalismo, gerencialismo e performatividade**. Cadernos de Pesquisa, v. 35, n. 126, p. 539-564, 2005.

_____. **Performatividade e fabricações na economia educacional: rumo a uma sociedade performativa**. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 35, n. 2, p. 37-55, maio/ago. 2010.

_____. **Educação global S.A.: novas redes políticas e o imaginário neoliberal**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.

_____. **The Educativo Debate**. Bristol: Police Press/University of Bristol, 2017.

_____; YOUDELL, Deborah. **Hidden Privatisation in Public Education**. Report by

BLANCHARD-LAVILLE, C. **Os professores entre o prazer e o sofrimento**. São Paulo: Layola, 2005.

BROOKE, Nigel. **O futuro das políticas de responsabilização educacional no Brasil**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, vol. 36, p. 377-401, mai/ago. 2006.

BRUNO, Lúcia. **Poder e administração no capitalismo contemporâneo**. In. OLIVEIRA, D. A. (org.). *Gestão democrática da educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

CODÓ, W. **A síndrome da desistência do educador que pode levar à falência da educação**. Petrópolis: Vozes, 1999.

CODO, W. **Educação: carinho e trabalho**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

CODO, W.; SAMPAIO, J. J. C.; HITOMI, A. H. **Indivíduo, trabalho e sofrimento: uma abordagem interdisciplinar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

COHEN, R. H. P. **A lógica do fracasso escolar: psicanálise e educação**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2006.

FREITAS, L. C. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. 1. ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2018.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia (1979)**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

DINIZ, M. **O método clínico na investigação da relação com o saber de quem ensina: contribuição para a formação docente na tensão entre saber e conhecer**. Belo Horizonte: FaE/UFMG, 2005 (Tese de Doutorado).

DINIZ, M.; NUNES, C. **Professor/a: profissão, condição e formação**. Brasília: Liber Livro, 2013.

DUNKER, C. **Mal-estar, sofrimento e sintoma**. São Paulo: Boitempo, 2015.

ESTEVE, J. M. **O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores**. São Paulo: EDUSC, 1999.

FAVACHO, A. M. P. **Da dicotomia entre a teoria e prática ao cuidado de si na formação de educadores**. In: FERREIRA, V. L. (org.) *Professores: identidade, profissionalismo e formação*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. pp. 1003-119.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1975.

_____. **Soberania e Disciplina**. In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **História da Sexualidade I: a Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1976.

_____. **Genealogia e Poder**. In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **Em Defesa da Sociedade**. Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Segurança, Território, População**. Curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Nascimento da Biopolítica**. Curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Os reformadores empresariais da educação: a consolidação do neotecnicismo no Brasil**. In: FONTOURA, H. A. (org). Políticas Públicas, Movimentos Sociais: desafios à Pós-graduação em Educação em suas múltiplas dimensões. Rio de Janeiro: ANPED Nacional, 2011a.

_____. **Responsabilização, meritocracia e privatização: conseguiremos escapar ao neotecnicismo**. Seminário de Educação Brasileira, v. 3, p. 135, 2011b.

_____. **Políticas de responsabilização: entre a falta de evidência e a ética**. Cadernos de Pesquisa, v. 43, n. 148, p. 348-365, 2013

GAULEJAC, Vincent de. **Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social**. Trad: Ivo Stomiolo. Aparecida: Ideias & Letras, 2007.

HERZ, Monica. **Organizações internacionais: história e práticas**. 2. Ed. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2015

IANNI, OCTAVIO. **A sociedade global**. 15 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. 1 ed. - São Paulo: Boitempo, 2019.

LYOTARD, J. F. **A condição pós-moderna**. 12 ed. - Rio de Janeiro: José Olímpio, 2009.

MATHISON, Sandra; ROSS, E. Wayne. **The hegemony of the accountability: the corporate political alliance for controlo of schools**. In: GABBARD, David; ROSS, E. Wayne. Defending public schools: Education under the security state. Greenwood Publishing Group, 2004.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MIRANDA, Kênia. **As transformações contemporâneas no trabalho docente: repercussões em sua natureza e seu processo de trabalho**. VI Seminário da Redestrado -regulação educacional e trabalho docente, 2006.

MIRANDA, Kênia. **As transformações contemporâneas no trabalho docente: repercussões em sua natureza e seu processo de trabalho**. VI Seminário da Redestrado -regulação educacional e trabalho docente, 2006.

NEWMAN, J; CLARK, J. **Gerencialismo. Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 353-381, maio/agosto 2012.

PAULINO, B. O. **De que discurso se trata quando professores se dizem padecidos?** Belo Horizonte: FaE/UFMG, 2015 (Dissertação de mestrado).

PEREIRA, M. R. **A impostura do mestre**. Belo Horizonte, Fino Traço: Argvmentvm, 2008.

PEREIRA, M. R.; PAULINO, B. O.; FRANCO, R. B.. **Acabou a autoridade?: professor, subjetividade e sintoma**. Belo Horizonte: MG: Fino Traço. Fapemig, 2011.

PEREIRA, M. R. **A psicanálise escuta a educação: 10 anos depois**. Belo Horizonte: Fino Traço/Fapemig, 2012.

PEREIRA, M. R. **O nome do mal-estar docente**. 1 ed. Belo Horizonte: MG: Fino Traço, 2016.

RESENDE, L. M. G. **Relações de poder no cotidiano escolar**. Campinas: Papyrus, 1995.

RODRIGUES, Jean Douglas Zeferino. **Gerencialismo e Responsabilização: Repercussões para o Trabalho Docente nas Escolas Estaduais do Ensino Médio de Campinas/SP**. 2018. 416 p. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de PósGraduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

SAFATLE, VLADIMIR; da SILVA JUNIOR, NELSON; DUNKER, CHRISTIAN (Orgs.). **Patologias do social: Arqueologias do sofrimento psíquico**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SAFATLE, VLADIMIR; da SILVA JUNIOR, NELSON; DUNKER, CHRISTIAN (Orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SÃO PAULO (Estado). **Resolução SE 27, de 29 de março de 1996**. Dispõe sobre o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo. Disponível em: <
http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/27_1996.htm?Time=25/08/2019%2011:54:25>. Acesso em: julho de 2018.

SÃO PAULO (Estado). **Resolução SE 88, de 19 de dezembro de 2007**. Dispõe sobre a função gratificada de Professor Coordenador. Disponível em: <
http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/88_07.HTM>. Acesso em: julho de 2018.

SÃO PAULO (Estado). **Lei Complementar 1.078, de 17 de dezembro de 2008.** Institui Bonificação por Resultados – BR, no âmbito da Secretaria e Estado da Educação. São Paulo, SP, 2008a. Disponível em: < <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2008/lei.complementar-1078-17.12.2008.html> >. Acesso em: julho de 2018.

SÃO PAULO (Estado). Resolução SE 74, de 06 de novembro de 2008. **Dispõe sobre o Programa de Qualidade da Escola.** 2008c. Disponível em: < http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/74_08.HTM?Time=25/08/2019%2011:56:24 >. Acesso em: agosto de 2018.

SÃO PAULO (Estado). **Lei Complementar 1.097, de 27 outubro de 2009.** Institui o sistema de promoção para os integrantes do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação, 2009a. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2009/lei.complementar-1097-27.10.2009.html> >. Acesso em: janeiro de 2019.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 57.571, de 02 de dezembro de 2011.** Institui, junto à Secretaria da Educação, o Programa Educação - Compromisso de São Paulo e dá providências correlatas. 2011b. Disponível em: < <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2011/decreto-5757102.12.2011.html> >. Acesso em julho de 2019.

SÃO PAULO (Estado). **Resolução SE 87, de 04 de setembro de 2012.** Dispõe sobre a composição do Conselho Consultivo e da Câmara Técnica de Acompanhamento que integram o Programa Educação - Compromisso de São Paulo, instituído pelo Decreto 57.571, de 2 de dezembro de 2011, alterado pelo Decreto 57.791, de 14-02-2012, e dá providências correlatas. Disponível em: < http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/87_12.HTM?Time=25/08/2019%2011:58:52>. Acesso em: agosto de 2019.

SÃO PAULO (Estado). **A Nova Estrutura Administrativa da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo: por uma Gestão de Resultado com Foco no Desempenho do Aluno.** Secretaria da Educação. São Paulo, SE, 2013. Disponível em: <<https://www.educacao.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/572.pdf>>. Acesso em: janeiro de 2018.

SÃO PAULO (Estado). **Programa de qualidade da escola: nota técnica. Secretaria de Estado da Educação.** Nota técnica. São Paulo, SP, 2014. Disponível em: < <http://idesp.edunet.sp.gov.br/Arquivos/NotaTecnica2014.pdf> >. Acesso em janeiro de 2019

SÃO PAULO (Estado). **Resolução SE 22, de 18 de abril de 2017.** Estabelece normas relativas à Bonificação por Resultados – BR, instituída pela Lei Complementar 1.078, de 17/12/2008. 2017c. Disponível em:

<http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/22_17.HTM?Time=25/08/2019%2012:01:18> Acesso em: janeiro de 2019.

SHIROMA, Eneida Oto. **Gerencialismo e liderança: novos motes da gestão educacional**. VI ANPED SUL: Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, Santa Maria, RS, UFSM, v. 7, 2006.

VOLTOLINI, R. (org.) **Retratos do mal-estar contemporâneo na educação**. São Paulo: Escuta, 2014.